
ACESSIBILIDADE NO AUDIOVISUAL: AS PRÁTICAS COMUNICATIVAS NA COBERTURA DA PANDEMIA

AUDIOVISUAL ACCESSIBILITY: COMMUNICATIVE PRACTICES IN COVERING THE PANDEMIC

ACCESIBILIDAD AUDIOVISUAL: PRÁCTICAS COMUNICATIVAS EN LA COBERTURA DE LA PANDEMIA

GIOVANDRO MARCUS FERREIRA¹

JULIANA LINHARES BRANT REIS²

DAYANNE PEREIRA DA SILVA³

Submissão: 15/07/2021
Aprovação: 12/08/2021
Publicação: 22/12/2021

¹ Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, na qual integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas e coordena o Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD) e o Centro de Estudo em Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1289-6089> E-mail: giovandro.ferreira@gmail.com

² Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Pesquisadora do grupo de pesquisas CEPAD da UFBA. Mestra em Ciências pela UNIVASF (2017); Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade FUMEC (2012); Especialista em Mídia Eletrônica - Rádio e TV pela UNI-BH. (2007); Bacharel em Comunicação Social/Relações Públicas pelo Centro Universitário Newton Paiva (2006). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5942-3062> E-mail: julianalinharesb@gmail.com

³ Doutoranda e mestra pelo PósCom - UFBA. Pós-graduada em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas na UFBA. Jornalista pela Faculdade da Cidade do Salvador com pesquisa financiada pela Agência de Notícias da Infância (ANDI). Integrante do Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD/UFBA). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8338-326X> E-mail: dayannepsm@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar e analisar os enquadramentos da cobertura da pandemia no jornal Primeira Mão, no canal do YouTube da TV INES. Além disso, procuramos expor um paralelo entre práticas comunicativas dos telejornais na cobertura da pandemia, as legislações que tratam do tema da acessibilidade e as demandas das pessoas surdas em relação ao acesso à informação. A partir do ano 2000 houve aumento das leis brasileiras em relação à inclusão e acessibilidade. Contudo, mesmo diante de leis, do avanço tecnológico e de uma sociedade cada vez mais midiaticizada, a cobertura jornalística dos canais de televisão não tem atendido às legislações e às necessidades das pessoas surdas, que precisam de recursos de tecnologias assistivas. Autores como Verón, Hjarvard e Lundby nos ajudam a entender as implicações dos processos de midiaticização nas transformações socioculturais e nas práticas discursivas. Para a análise dos enquadramentos, buscamos aporte teórico em Entman e Goffman e no método proposto por Semetko e Valkenburg, que identificaram cinco frames recorrentes em notícias. Os resultados mostraram que uma informação para a diversidade não necessita de mudanças temáticas, mas sim de infraestrutura e abordagens que buscam representar as diferentes realidades, como a iniciativa da TV INES.

Palavras-chave: Inclusão. Jornalismo. Direitos sociais. Informação. Surdos.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify and analyze the framings of the coverage of the pandemic in the newspaper Primeira Mão, on the YouTube channel of TV INES. In addition, we seek to expose a parallel between communicative practices of TV news in the coverage of the pandemic, the laws that address the issue of accessibility and the demands of deaf people in relation to access to information. Since the year 2000 there has been an increase in Brazilian laws regarding inclusion and accessibility. However, even in the face of laws, technological advancement and an increasingly mediatized society, the journalistic coverage of television channels has not met the laws and the needs of deaf people, who need resources of assistive technologies. Authors such as Verón, Hjarvard and Lundby help us to understand the implications of the processes of mediatization in sociocultural transformations and discursive practices. For the analysis of the frames, we sought theoretical support in Entman and Goffman and in the method proposed by Semetko and Valkenburg, who identified five recurrent frames in news. The results showed that information for diversity does not need

thematic changes, but rather infrastructure and approaches that seek to represent different realities, such as the initiative of TV INES.

Keywords: Inclusion. Journalism. Social rights. Information. Deaf.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es identificar y analizar los encuadres de la cobertura de la pandemia en el periódico Primeira Mão, en el canal de YouTube de TV INES. Además, pretendemos exponer un paralelismo entre las prácticas comunicativas de los informativos de televisión en la cobertura de la pandemia, las leyes que abordan la cuestión de la accesibilidad y las demandas de las personas sordas en relación con el acceso a la información. Desde el año 2000 se ha producido un aumento de las leyes brasileñas en materia de inclusión y accesibilidad. Sin embargo, incluso frente a las leyes, los avances tecnológicos y una sociedad cada vez más mediatizada, la cobertura periodística de las cadenas de televisión no se ha ajustado a las leyes y a las necesidades de las personas sordas, que necesitan recursos de tecnologías de apoyo. Autores como Verón, Hjarvard y Lundby nos ayudan a comprender las implicaciones de los procesos de mediatización en las transformaciones socioculturales y las prácticas discursivas. Para el análisis de los encuadres, buscamos apoyo teórico en Entman y Goffman y en el método propuesto por Semetko y Valkenburg, que identificaron cinco encuadres recurrentes en las noticias. Los resultados mostraron que la información para la diversidad no necesita cambios temáticos, sino infraestructuras y enfoques que busquen representar diferentes realidades, como la iniciativa de TV INES.

Palabras clave: Inclusión. Periodismo. Derechos sociales. Información. Sordos.

INTRODUÇÃO

Direito à comunicação diz respeito ao acesso e à possibilidade de expressar suas opiniões e demandas, realizando assim o pleno exercício da cidadania. Deve garantir a oportunidade de apropriação dos meios de comunicação e das tecnologias, tanto de um lado como emissor e receptor, como de outro lado como enunciador¹ ou co-enunciador. Visto que

¹ Para Verón (2004), o leitor se encontra em um jogo de linguagem que serve para construir uma relação, fruto do dispositivo de enunciação, o que implica a construção do lugar de fala do enunciador, do lugar a quem é endereçado o discurso (Co-Enunciador) e um tipo de relação entre esses dois sujeitos discursivos.

a partir do acesso ao conhecimento e à informação, é possível contribuir com o fortalecimento da cidadania, a comunicação se apresenta como um importante meio para valorizar culturas, identidades e promover a visibilidade de comunidades que se encontram à margem de seus direitos. O jornalismo exerce papel fundamental nessa difusão de informações e como mediador entre as demandas sociais e o poder público. A falta de informação, por sua vez, é um dos fatores que promovem a desigualdade e impedem que a população usufrua de seus direitos.

Desinformação diante de uma crise sanitária pode agravar os problemas de saúde pública e de exclusão. Neste sentido, o objetivo deste artigo é identificar e analisar os enquadramentos da cobertura da pandemia no jornal Primeira Mão, no canal do Youtube da TV INES. Além disso, procuramos expor um paralelo entre as práticas comunicativas dos telejornais na cobertura da pandemia, as legislações que tratam do tema da acessibilidade no audiovisual e as demandas das pessoas surdas em relação ao acesso aos conteúdos audiovisuais

A sociedade está cada vez mais envolvida pelos e nos processos comunicacionais, principalmente pela televisão e internet, tecnologias que têm promovido novas possibilidades de acesso e modificado a maneira de produzir e assistir conteúdo audiovisual. Com o avanço das tecnologias, as sociedades se tornam mediatizadas, o que transforma suas práticas sociais com implicações no uso das tecnologias. De acordo com Hjarvard (2014), com os processos de mediatização os meios de comunicação se apresentam como uma instituição social (assim como a política, a educação, a religião etc.) e mais: se integram à vida social e cultural, como uma extensão do corpo humano. Ainda para o autor, essas questões contribuem com mudanças na socialização, nos vínculos afetivos, envolvendo novas formas de apreender o mundo. Mas até onde vão essas mudanças? Lundby (2014) levanta essa questão e ressalta:

quais são as consequências morais e éticas da midiatização na sociedade? Se são as tecnologias que constituem os processos de midiatização, quem está à margem do acesso às tecnologias, se encontra cada vez mais excluído da sociedade e de seus direitos de cidadania.

A variedade e a disponibilidade de recursos tecnológicos não garantem a transmissão de conteúdo de forma precisa para todos os indivíduos. A comunidade surda é um grupo social encontrado nesse universo que enfrenta barreiras no acesso à informação, comunicação e ainda ao conhecimento. De acordo com dados do IBGE de 2020, mais de 10 milhões de pessoas no Brasil apresentam algum grau de perda auditiva, o que equivale a cerca de 5% da população brasileira. Dentre essas, 2,7 milhões têm 100% da audição comprometida. O que significa que uma parcela significativa da população está à margem desse processo civilizatório e de acesso aos bens culturais.

Considerando o tema da equidade como premissa da democracia e diante da importância da televisão para a sociedade, qual a preocupação das indústrias de mídia com o acesso da pessoa surda à informação, sobretudo durante a pandemia do COVID-19? Onde e como entra o discurso de inclusão na programação televisiva? Quais vozes são ouvidas, como são ouvidas e quais permanecem esquecidas?

Segundo dados do último Relatório Mundial da Deficiência, mais de um bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, isto é, cerca de 15% da população mundial (OMS, 2011). Esse número é muito superior às projeções realizadas nos anos 70, que previam aproximadamente 10% da população. Essa taxa encontra-se em crescimento, devido ao envelhecimento da população e ao incremento global de problemas de saúde associados às doenças crônicas, como diabetes, problemas cardiovasculares e transtornos psiquiátricos (Ibid., 2011).

A deficiência é definida pela OMS, na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), como um termo genérico que engloba deficiências, limitações de atividades e restrições para a participação dos indivíduos na sociedade, denotando

aspectos negativos da interação entre pessoas com problemas de saúde e fatores pessoais e ambientais.

Em relação à representação da deficiência nos meios de comunicação, estudos têm relatado que a deficiência é sub-representada e, quando se dá, ocorre de forma equivocada, majoritariamente por meio de ideias preconcebidas, perpetuando antigos estigmas e estereótipos que reforçam uma percepção social de fraqueza, inutilidade e dependência social (ZHANG; HALLER, 2013). Pelas inúmeras barreiras que dificultam o processo de inclusão social destes indivíduos, os meios de comunicação social têm papel fundamental na construção do imaginário social da deficiência, sendo muitas vezes essas narrativas tomadas como verdadeiras pela maioria da sociedade (BURNS; HALLER, 2015).

O presente trabalho objetiva relacionar as identidades mediatizadas da deficiência, em especial de atletas paralímpicos, aos conceitos da teoria do enquadramento, percebendo, a partir dos resultados encontrados em estudos sobre as representações midiáticas, os vieses escolhidos pelos jornalistas na produção das notícias e os juízos de valor atribuídos à deficiência. Para tal, optou-se pela revisão bibliográfica de artigos sobre a cobertura midiática de Jogos Paralímpicos relacionando-os aos estudos da deficiência, aos estudos da representação da deficiência na mídia e ao conceito da teoria do enquadramento. Foram analisados seis artigos, publicados entre os anos de 2000 e 2020, nos periódicos *European Journal of Communication*, *International Review for the Sociology of Sport*, *Communication and Sport*, *Media International Australia* e *Motricidade*, todos na base de dados Scopus.

ACESSIBILIDADE, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO

Para muitos surdos, a Língua de Sinais está relacionada não só à sua forma de se comunicar, mas também à educação, cultura, à construção de suas identidades e modos de vida. A identidade pode ser entendida como um processo de construção social. A identidade

é relacional e marcada pela diferença (WOODWARD, 2011). Pessoas com alguma deficiência são rotuladas como diferentes daquelas consideradas “normais”.

Historicamente as pessoas com deficiência no Brasil e no mundo são estigmatizadas como inferiores e incapazes. Entendemos aqui o conceito de estigma proposto por Goffman em 1975 como um processo construído pela sociedade para categorizar sujeitos que possuem características diferentes da maioria dentro de um grupo social. Na Grécia Antiga, os surdos eram considerados imperfeitos e incapazes de desempenhar qualquer atividade produtiva ou intelectual. Naquela época, comumente as famílias escondiam os surdos em seus lares por vergonha, circunstância que ainda hoje é encontrada em alguns espaços. Eles são rotulados pela sociedade, o que interfere nas relações interpessoais, gera a exclusão ou marginalização e prejudica a construção de suas identidades e culturas (MAYER, 2018).

Neste contexto, a deficiência poderia ser considerada uma forma de identidade que depende dos normais, ou seja, da diferença. À primeira vista, poderíamos pensar que as pessoas com perda auditiva formam uma comunidade homogênea, convergente, com interesses comuns. Mas em uma análise mais detalhada, percebe-se que há muitas diferenças dentro dessa identidade. E parece ser nesse sentido que as identidades das pessoas surdas são construídas: dentro da diversidade que existe no universo da ausência de som.

Diante de inúmeros desafios e diferenças que envolvem a educação, socialização e formação profissional, as pessoas com perda auditiva possuem uma diversidade em sua forma de comunicar: algumas são alfabetizadas em português e fazem leitura labial; outras têm a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e outras ainda possuem implante coclear e conseguem ouvir. A comunidade surda, portanto, é diversa e é preciso atender a essa diversidade.

A preocupação com a inserção do surdo na sociedade tem demandado respostas do campo da comunicação, uma vez que a mídia se apresenta como a principal protagonista na transmissão de informação e como importante fonte de geração de conhecimento. Na medida em que os meios de comunicação se tornam cada vez mais parte do cotidiano dos indivíduos, os discursos ali

presentes contribuem também com a construção do *self* e das identidades (THOMPSON, 2002)². Com o avanço das tecnologias, facilita o acesso à televisão e internet, fontes fundamentais de informação, comunicação, cultura, educação e lazer. No entanto, esses meios exigem competências que irão influenciar na recepção e interpretação da mensagem.

As pessoas com perda auditiva representam uma população que precisa de tecnologias assistivas para ter acesso aos meios de comunicação audiovisuais e os dispositivos decorrentes dos processos de midiatização podem oferecer os recursos necessários, desde a criação de ferramentas e ambientes acessíveis às transformações das instituições e das práticas discursivas. Esses recursos como possibilidades de se concretizar o acesso são a inserção da janela com o intérprete de LIBRAS e a legenda em português para pessoas com perda auditiva; e audiodescrição para as pessoas cegas. Mas para a efetividade dessas ações, toda a programação audiovisual deve ser produzida considerando aqueles recursos desde a fase de criação à distribuição.

Este debate é sobretudo uma questão de direito e não apenas de solidariedade ou empatia. É uma luta por direitos constitucionais como cidadania, política e participação social. E, portanto, é um problema que demanda atitudes políticas de diferentes instâncias, a fim de reduzir desigualdades e contribuir com a democracia.

O DISCURSO DE ACESSIBILIDADE NAS LEIS QUE ORIENTAM A PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA

Diante desta discussão, como o tema da democratização da acessibilidade do surdo à informação e comunicação, tem sido tratado nas políticas de inclusão e de audiovisual?

² Para Thompson (2002), o *self* é um projeto simbólico, construído ativamente pelos indivíduos e sofre influência dos meios de comunicação, na medida em que as interações entre as pessoas passaram a ser sobretudo mediadas.

Desde a Constituição Federal de 1988, o acesso à informação é destacado como um direito de todos os indivíduos e premissa para exercer a cidadania. Mas, afinal, o que significa ser acessível? O Decreto nº 5.296/04 que regulamenta a Lei nº 10.098/00, traz uma definição para acessibilidade: “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, [...] dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”. A lei orienta que não deve haver barreira nas comunicações, a fim de que todos os indivíduos tenham acesso facilitado à informação (BRASIL, 2004). Na mesma direção, a Lei nº 10.436/02 reconhece a LIBRAS e destaca a importância do acesso a bens culturais e programas em formatos acessíveis.

A Lei 12.527/2011 prevê o acesso à informação às pessoas com necessidade especial nas programações diárias dos canais abertos de televisão. Diante dessas demandas, a ANCINE cria em 2013 o Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, onde estabelece a inserção de audiodescrição e *closed caption* em todos os projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais. Aqui cabe destacar que os projetos financiados pela ANCINE costumam ser exibidos apenas em festivais e, deste modo, não chegam ao grande público.

Em 2015 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de nº 13.146/15, que considera discriminação qualquer distinção que dificulte o acesso ao exercício da cidadania, o que inclui a recusa em oferecer recursos de tecnologias assistivas. A fim de contribuir com a efetivação dessas políticas, em 2016 a Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura, elaborou o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis.

No entanto, mesmo diante de políticas de inclusão e com ampla discussão sobre o assunto em todo o mundo, no Brasil poucos programas de televisão têm procurado se adequar à demanda. Não há indicadores de que essas leis estejam sendo cumpridas ou de que exista fiscalização a fim de garantir a qualidade das ferramentas. É preciso reconhecer os avanços decorrentes das leis que se preocupam com o tema da inclusão e da acessibilidade, mas cabe

investigar os motivos que levam os veículos de comunicação a não efetivarem ainda essas ações.

Em uma pesquisa exploratória nos canais abertos de televisão, o único canal que veicula programas com recursos de acessibilidade e, com isso, se aproxima da legislação é a TV Brasil. A emissora produz um telejornal em LIBRAS, o Repórter Visual, e o Programa Especial com temas dedicados às pessoas com necessidades especiais, que oferece janela com intérprete de LIBRAS, legenda e audiodescrição. Outra característica que chama a atenção para as questões da inclusão e da representatividade é o fato de a apresentadora do programa ser usuária de cadeira de rodas. O canal também produz animação com janela em LIBRAS e audiodescrição para o público infantil. Durante a pandemia, a emissora tem veiculado anúncios também acessíveis em LIBRAS com o objetivo de orientar as crianças sobre os cuidados que devem ser tomados no combate ao Coronavírus.

A partir dessa análise, foi possível identificar que a ferramenta de acessibilidade mais encontrada nos programas de outras emissoras como a TV Globo e a TV Cultura é a legenda e sua qualidade não favorece a compreensão mesmo para quem tem o domínio da língua portuguesa. O que mostra que a presença de um recurso não significa ser acessível para todos, nem garante que as barreiras sejam minimizadas. Os canais abertos de televisão, portanto, ainda não se adequaram às demandas de acessibilidade apresentadas nas legislações, mesmo diante de uma cobrança da população pela pauta da representatividade.

Ao se sentir representado ou participar de práticas sociais voltadas para o seu grupo, o indivíduo tem a oportunidade de vivenciar um processo de socialização e educação, que contribui para a valorização da sua cultura e formação da cidadania (QUEIROZ *et al.*, 2010). Para Chartier (1990, p. 17), “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”. A comunicação é responsável pela criação de representações que podem operar tanto na

construção de identidades que fortaleçam a autonomia e o desenvolvimento humano, conectados com a promoção de direitos, quanto no silenciamento sociocultural.

A TV INES COMO UMA POSSIBILIDADE DE ACESSO À INFORMAÇÃO INCLUSIVA

Para além dos canais de televisão, um exemplo de iniciativa de mídia que procura se adequar às necessidades daquele público é a TV INES, uma WebTV vinculada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizada no Rio de Janeiro. A organização de cunho educativo percebe as demandas de sua comunidade em relação ao acesso ao audiovisual; identifica as possibilidades de intervenções a partir dos processos de mediação; e em 2013 cria um canal de televisão online 100% bilíngue.

Ao criar a TV INES, o Instituto procura atender a algumas demandas das pessoas surdas e às políticas de inclusão. A primeira WebTV em Língua Brasileira de Sinais utiliza em toda sua programação legendas e locução em Língua Portuguesa, a fim de integrar públicos surdos e ouvintes, seguindo o princípio do seu slogan: “Acessível sempre”. Os programas jornalísticos da emissora são o Jornal Primeira Mão e o Boletim. Para a cobertura da pandemia, foram criados ainda o "Plantão Coronavírus" e o “Fica a Dica em Casa”, veiculados através do canal do YouTube e na página do Facebook. Todos os programas são apresentados em LIBRAS.

De acordo com Verón (2004), quando as sociedades passam a ser mediadas, as instituições se apropriam dos meios de comunicação e transformam suas relações com os diferentes públicos. Quando isso ocorre, há transformações nos padrões socioculturais, bem como nas relações entre indivíduos, meios e instituições, além de ter implicações no contexto social, político e econômico.

Couldry (2015) nos faz refletir sobre o nosso lugar na relação com os meios de comunicação, uma vez que o acesso e a aproximação com essas instituições não garantem que a sua voz será ouvida. Para o autor, este é um problema provocado pelos meios de comunicação e torna as narrativas vulneráveis. As instituições valorizam determinadas vozes, enquanto enfraquecem ou apagam outras. Couldry ressalta a importância da narrativa para as práticas sociais, para a formação das identidades e os modos de estar no mundo. Para compreender as instituições midiáticas é preciso, portanto, analisar suas práticas discursivas.

Diante de uma programação que não contempla o acesso de todos os públicos, softwares sociais como Facebook e YouTube têm sido apropriados por algumas comunidades como espaços de mobilização e cobrança por seus direitos, no intuito de dar voz a quem não é ouvido pela mídia tradicional. Quando o INES percebe essa demanda e cria a TV, mostra sua preocupação com o acesso à informação, comunicação e entretenimento de uma parcela significativa da população brasileira, que se mantém esquecida pela maioria dos veículos de comunicação. Ao dar visibilidade a comunidades invisibilizadas pela grande mídia, cria-se caminhos para uma comunicação cidadã³, além de ser “uma forma de contestar [...] o oligopólio dos grandes meios de comunicação de massa no Brasil” (PERUZZO, 2007, p. 6). A TV INES é, portanto, uma iniciativa que procura dar voz às comunidades surdas e se tornou uma instituição midiática, modificando as suas relações com os atores sociais a partir da apropriação de dispositivos tecnológicos acessíveis.

Percebendo ainda a tendência do seu público de se mobilizar através do YouTube, o Instituto investe nesse canal, que conta com mais de 34 mil inscritos. Enquanto os canais de televisão têm transmitido informações sobre a pandemia do COVID-19 sem os recursos de acessibilidade adequados, a TV INES tem publicado conteúdos específicos sobre a pandemia

³ A comunicação cidadã consiste em possibilitar o direito à cidadania midiática - acesso, circulação e habitação em espaços eletrônicos (DUARTE, 2007).

desde janeiro de 2020 em seus diferentes programas no site oficial e no YouTube. Neste sentido, procuramos analisar a cobertura proporcionada pela TV INES. Para esta etapa da pesquisa, analisamos os enquadramentos do jornal Primeira Mão sobre o tema “Coronavírus”.

Para este método, autores como Goffman (1974) e Entman (1993) nos ajudam a identificar e compreender os enquadramentos do objeto analisado. Nestas perspectivas, enquadramento, *framing* ou *frame* seria selecionar parte de uma realidade a fim de aumentar a ênfase em alguns aspectos e, assim, apresentar um problema e até a definição moral sobre aquele acontecimento (ENTMAN, 1993). Mouillaud (2002) relaciona os conceitos de acontecimento e de *framing* quando entende que o acontecimento noticiado é como uma moldura, um enquadramento onde se constrói a cena.

Para Goffman (1974), os *frames* ajudam o público a dar sentido aos acontecimentos. Desta forma, os enquadramentos contribuem para que o mundo pareça natural para quem lê ou assiste a um conteúdo. Esse mundo, portanto, é narrado a partir de um olhar, de um recorte emoldurado pela mídia para construir um discurso. Quando todas as mídias apresentam os mesmos quadros, não há uma construção de mundo por parte do leitor. Aquele enquadramento passa a ser o próprio mundo.

A notícia é composta por elementos discursivos organizados intencionalmente por um enunciador (FERREIRA; SILVA, 2015). Todo discurso, portanto, é constituído de poder, de escolhas sobre o que deve ou não ser narrado, como, onde e para quem. Sendo assim, quando os canais de televisão noticiam a pandemia sem uma perspectiva de acessibilidade, como a população surda constrói ou apreende as informações sobre o Coronavírus? Diante desses entendimentos, procuramos compreender a organização dos discursos sobre a pandemia do COVID-19 no jornal Primeira Mão, no canal do YouTube da TV INES. O recorte temporal compreende o período de março (quando a pandemia foi anunciada pela OMS) a 19 de agosto de 2020. A partir do acesso à página no YouTube, encontramos o total de 54 edições do

jornal de março a agosto de 2020. Optamos por selecionar o corpus por intermédio da semana construída do programa “Primeira Mão”, analisando uma edição por semana (total de 9 edições analisadas).

Para identificar os enquadramentos selecionados no jornal Primeira Mão, buscamos aporte metodológico nas pesquisas de Semetko e Valkenburg (2000) que sistematizaram os cinco *frames* mais recorrentes de notícias identificados em estudos anteriores sobre os efeitos do enquadramento. São eles: atribuição de conflitos (ênfatisa a relação conflituosa entre indivíduos, grupos ou instituições), interesse humano (intenção de emocionar ou impactar o público), consequências econômicas (implicações econômicas decorrentes daquele acontecimento), moralidade (levanta questões que contextualizam a temática religiosa ou moral) e o *frame* da responsabilidade (atribui a culpabilidade de uma causa ou solução de um problema ao governo, indivíduo ou grupo). Cabe destacar que cada matéria pode apresentar mais de um desses *frames*. Estes dados podem ser observados a seguir na tabela 1.

Tabela 1: Edições analisadas do programa Primeira Mão da TV INES. Autoria e fonte nossas.

Edições	Temática	Frame (SEMETKO; VALKENBURG, 2000)	Visualizações
04/03/2020	Número de mortes e de infectados pelo Coronavírus; suspensão de atividades; medidas de prevenção.	Interesse humano; consequências econômicas; atribuição de conflitos e responsabilidade	1.207

17/03/2020	Morre a primeira vítima de COVID no Brasil; integrantes da equipe do Presidente testaram positivo.	Interesse humano e responsabilidade	1.592
23/03/2020	Suspensão das atividades da TV INES (de acordo com a OMS).	Consequências econômicas; e responsabilidade	1.427
07/07/2020	O retorno das atividades da TV INES e do Rio de Janeiro; agressão aos policiais em bares.	Responsabilidade; atribuição de conflitos e moralidade	428
20/07/2020	A pandemia no mundo e no Brasil.	Interesse humano; atribuição de conflitos e consequências econômicas	277
28/07/2020	Desaparecimento de mulheres no Peru.	Interesse humano e responsabilidade	194
03/08/2020	Acidente no Pará; queimadas.	Interesse humano e responsabilidade	561
11/08/2020	Coronavírus, Medidas de prevenção	Interesse humano; consequências econômicas e responsabilidade	437
19/08/2020	Coronavírus, taxa de contágio; transmissão.	Interesse humano; responsabilidade	308

Fonte: Autoria própria (2021).

Nesta perspectiva de análise, os resultados mostraram que o quadro responsabilidade foi o mais encontrado, aparecendo em 8 das 9 matérias, seguido do *frame* interesse humano, que está em 7 notícias. Essas abordagens estavam comumente relacionadas, uma vez que as matérias reforçaram a gravidade da pandemia, mostrando ser um problema de saúde mundial que traz riscos à vida e, portanto, demanda cuidados de higiene e de distanciamento social para preservar a saúde individual e coletiva. Este quadro também apareceu em notícias relacionadas à crimes e acidentes, chamando a atenção mais uma vez para responsabilidades individuais, coletivas e de instituições governamentais. O desaparecimento de mulheres no Peru, por exemplo, mostra o aumento da violência doméstica durante a pandemia, o que reforça a necessidade de medidas de proteção à mulher que devem ser pautadas em políticas públicas.

Consequências econômicas aparecem como enquadramento em 4 matérias. Este é um assunto recorrente em decorrência, sobretudo, da necessidade do distanciamento social que demandou o fechamento do comércio, das escolas, de bares, restaurantes etc. Muitas organizações sofreram economicamente, o que resultou em muitos desempregados e contribuiu para uma crise econômica e o aumento da desigualdade social no país. O *frame* de atribuição de conflitos foi identificado em 3 notícias. Este é um tema sensível, que também se relaciona com o de crise econômica. O debate sobre o fechamento das atividades laborais não teve unanimidade entre governantes, empresários e sociedade em geral, o que promoveu também uma crise política e social.

O quadro de moralidade apareceu em apenas uma matéria, que noticiou a agressão a policiais em bares. Estes estabelecimentos foram reabertos, mas era preciso manter as medidas de prevenção com limite de lotação, uso de máscara e horário para funcionar. No entanto, alguns clientes não respeitaram as normas e agrediram policiais que tentaram exigir o cumprimento daquelas medidas.

A pesquisa de Botelho e Gomes (2020) analisou a cobertura do Jornal Nacional sobre a pandemia no período de março a maio de 2020. Os autores também procuraram identificar os enquadramentos do telejornal, mas a partir de um método diferente do aqui proposto. Os resultados da análise mostraram que o Jornal Nacional deu prioridade à pandemia e o tema mais explorado foi o de número de infectados e mortes, seguido das medidas de prevenção, que poderiam ser considerados como quadros de interesse humano e de responsabilidade. O JN apresentou diariamente estatísticas sobre a pandemia, mostrando o aumento dos casos, a fim de impactar a consciência de quem assiste e responsabilizar autoridades que negam a importância do problema.

No Jornal Primeira Mão o tema que prevalece no período selecionado também é a pandemia e as medidas de prevenção necessárias para o combate ao vírus. A diferença que ressalta aos olhos entre os jornais é o uso das tecnologias assistivas, com as quais a TV INES se preocupa. O que mostra que uma informação para a diversidade não necessita de mudanças temáticas, mas sim de infraestrutura na sua produção e distribuição, ou seja, que seja acessível e represente todos os públicos.

No combate à uma pandemia, a falta de informação aumenta a desigualdade e pode ter consequências na saúde pública. De acordo com a jornalista Cláudia Werneck⁴, os jornais têm atuado como se as pessoas com deficiência não existissem todos os dias. Isso porque além de não haver recursos adequados de tecnologias assistivas na programação, aquelas pessoas também não são ouvidas, nem tampouco representadas nos discursos midiáticos. A jornalista lembra que até a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem transmitido suas comunicações oficiais sem acessibilidade, o que ela considera como uma “tragédia histórica, uma tragédia social de exclusão” que deve provocar um impacto de longo prazo, do qual

⁴ Fala registrada na *live* “Acessibilidade, inclusão e informação jornalística durante a pandemia: onde estamos errando?”, promovida pelo grupo de pesquisa GJOL da Faculdade de Comunicação da UFBA, no dia 24 de julho de 2020.

ainda não temos dimensão. Neste sentido, podemos entender que quem não tem o poder do discurso, por mais que reivindique suas demandas, gera apenas ruídos e tende a permanecer sem voz. Estamos vivendo uma crise humanitária na qual as vozes dos mais vulneráveis são silenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de toda discussão mundial sobre inclusão e direitos humanos, na prática as medidas adotadas têm garantido pouca acessibilidade aos surdos. A pandemia tem contribuído com a desigualdade social e econômica. Neste cenário de crise de diferentes instâncias, a informação pode ser considerada fonte de prevenção ao Coronavírus e, portanto, de importância sanitária. Contudo, a cobertura jornalística em geral da pandemia não tem atendido às necessidades de uma população que precisa de recursos de tecnologias assistivas. Esse público se encontra à margem de seu direito à informação, sobretudo para se proteger de um problema de saúde pública.

Tendo como objetivo identificar e analisar os enquadramentos da cobertura da pandemia no jornal Primeira Mão da TV INES; e expor um paralelo entre as práticas comunicativas dos telejornais na cobertura da pandemia, as legislações que tratam do tema da acessibilidade no audiovisual e as demandas das pessoas surdas em relação ao acesso à conteúdos audiovisuais, esta pesquisa mostrou a complexidade da sociedade e do contexto em que vivemos, exige também um olhar complexo das e para as mídias. Se é preciso uma educação para a comunicação, é preciso também uma comunicação para a diversidade.

A iniciativa da TV INES procura cumprir a função social do jornalismo e das legislações que se preocupam com a democracia e a construção da cidadania.

Por meio de um levantamento exploratório nos canais abertos de televisão, foi possível observar que a ferramenta de acessibilidade mais encontrada é a legenda e sua dinâmica não

favorece a compreensão mesmo para quem tem o domínio da língua portuguesa. O que mostra que a presença de um recurso não garante que as barreiras sejam excluídas. Esta pesquisa mostra ainda a necessidade de investigar e compreender quais os obstáculos levam os meios de comunicação a não aderirem de forma satisfatória às normas de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Marina A.; GOMES, Arthur R. **Enquadramento noticioso da COVID-19: uma análise das narrativas do Jornal Nacional sobre a pandemia do Coronavírus**. 18º SBPJOR. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296/04**. Atendimento prioritário às pessoas com necessidades especiais e estabelece normas para a promoção da acessibilidade Brasília, DF, dezembro de 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity, 2017.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: **Atlas**, v. 1, p. 95-117, 2007.

FERREIRA, G. Marcus; SILVA, Dayanne Pereira. Os framings da violência sexual infanto-juvenil em webnotícias: estudo de caso no G1 e Folha.com. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 30, p. 149-161, dez. 2015.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. MAIA, Rousiley Celi Moreira. **O valor político dos testemunhos: os surdos e a luta por reconhecimento na internet**. Dissertação. Mestrado – UFMG. Belo Horizonte, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

_____. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1974.

LUNDBY, Knut. **Mediatization of Communication**. Handbooks of Communication Science. De Gruyter Mouton. Edited by Peter J. Schulz and Paul Cobley. Vol. 21. Germany, 737 p., 2014.

MAYER, Flávia Affonso. **A importância das coisas que não existem**: construção e referenciação de conceitos de cor por pessoas com cegueira congênita. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: **O Jornal**: da forma ao sentido. DAYRREL, Sérgio (Org.). 2 ed. Brasília: UnB. p. 49-84. 2002.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular Cidadania. **Lumina**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Vol.1, nº1, Junho de 2007.

QUEIROZ, Caio Cardoso de; REZENDE, Diego Pereira; COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Telejornalismo da TV Brasil: problematizações sobre o discurso da cidadania**. 8 Encontro Regional de Comunicação: Comunicação e Interatividade. 18 a 23 de outubro de 2010. Juiz de Fora.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. **Framing European politics**: a content analysis of press and television news. Journal of Communication, v. 50, p. 93-109, 2000.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: Uma Teoria Social da Mídia. Petrópolis. Ed. Vozes, 5ª edição, 261 p., 2002.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Katryn Woodward. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2004.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

FERREIRA, Giovandro Marcus; REIS, Juliana Linhares Brant; SILVA, Dayanne Pereira da. Acessibilidade no audiovisual: tensionamentos entre a legislação e as práticas comunicativas na cobertura da pandemia. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 110-130, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.60199>.